

## Para além dos limites: uma análise bibliométrica sobre as pessoas com deficiência na educação geográfica

### Beyond Limits: A Bibliometric Analysis Of People With Disabilities In Geography Education

<sup>1</sup> Fabiane Zanini dos Santos

<sup>2</sup> Michaelli Maria Pires

#### Resumo

A Educação Geográfica tem sido vista por alguns autores como uma potenciadora da cidadania, ao contribuir para que os educandos compreendam o Espaço Geográfico e suas dinâmicas. Ela possibilita a tomada de consciência e o pensar cidadão, agindo para a transformação da sua realidade e de seus pares. Com o avanço das legislações brasileiras, a respeito dos direitos da Pessoa com Deficiência e da Educação Especial e Inclusiva, nos deparamos com um crescimento significativo deste público nas salas de aula. Diante deste contexto, é imprescindível que o Ensino de Geografia esteja de acordo com as necessidades educacionais de todos os estudantes. Neste trabalho, buscamos identificar qual o grau de importância que a ciência geográfica, por meio da pesquisa acadêmica, tem dado para as questões das Pessoas com Deficiência na Educação Geográfica, para isso, realizamos uma pesquisa bibliométrica na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, desenvolvemos uma discussão com levantamentos de questões pertinentes à temática e apontamentos a necessidade de maior atenção para algumas áreas.

**Palavras-Chave:** Ensino de Geografia; Educação Especial e Inclusiva; Pessoas com Deficiência.

#### Abstract

Geographical Education has been seen by some authors as a potential enhancer of citizenship, contributing to students' understanding of the Geographic Space and its dynamics, enabling awareness and civic thinking, thus acting towards transforming their reality and that of their

<sup>1</sup> Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste, campus Francisco Beltrão, docente de AEE na Unioeste, campus Francisco Beltrão. fabizanini36@hotmail.com.ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7663-5895>

<sup>2</sup> Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Unioeste, campus Cascavel, professora adjunta de educação especial, IFPR, campus Irati.michaelli.pires@ifpr.edu.br.ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7205-5241>

peers. With the advancement of Brazilian legislation regarding the rights of Persons with Disabilities and Special and Inclusive Education, there has been a significant increase in this audience in classrooms. In this context, it is essential for Geography Education to meet the educational needs of all students. In this study, we aimed to identify the degree of importance that geographical science, through academic research, has placed on issues related to Persons with Disabilities in Geographical Education. To achieve this, we conducted a bibliometric study on the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and developed a discussion highlighting relevant issues and identifying areas requiring greater attention.

**Keywords:** Teaching of Geography; Special and Inclusive Education; Persons with Disabilities

### Introdução

A geografia é a ciência que se dedica a estudar o Espaço Geográfico, sendo este “um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2004, p. 83). Dessa forma, o espaço geográfico, na concepção de Milton Santos, é constituído pelo conjunto de ações e objetos dispostos pela ação humana no meio em que se encontra, o qual não deve ser considerado isoladamente. Neste sentido, quando pensamos em espaço geográfico, é necessário considerar que esse conceito reúne diversas interações e relações sociais.

O conceito de Espaço Geográfico nos faz refletir sobre a relevância das práticas e representações dos diferentes grupos sociais na construção desse espaço. Dentre estes grupos, destacamos as Pessoas com Deficiência, que no Brasil, em 2022, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, somavam cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade, que possuíam algum tipo de deficiência (IBGE, 2022).

Neste contexto, a Geografia, como uma ciência que investiga o Espaço Geográfico, e a Educação Geográfica, como disciplina escolar que possibilita a formação cidadã dos sujeitos, possuem um papel fundamental na apresentação de estudos e questionamentos sobre as necessidades concretas das vivências de grupos ainda marginalizados, como o caso das Pessoas com Deficiência.

Neste sentido, o presente texto tem como objetivo compreender e quantificar as contribuições da educação e da ciência geográfica para com os grupos de Pessoas com Deficiência, considerando a participação e atuação destes na construção e criações do espaço geográfico. Para tanto, apresentamos um estudo bibliométrico sobre as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação relacionados à Geografia e à Educação, que envolvem a temática das Pessoas com Deficiência e a Educação Geográfica, de 2013 a 2023. O objetivo é entender e contribuir com o debate, diante do grau de importância que esta ciência tem dado para o estudo desse grupo de pessoas, que tem estado à margem. Além disso, o sistema social acentua as desigualdades.

Buscamos discorrer primeiramente sobre a Educação Geográfica, compreendendo-a como uma construção de saberes que permeiam a sociedade e a construção dos indivíduos. Diferentemente do ensino de geografia, a Educação Geográfica “ênfatisa um processo de socialização que inclui o ensino escolar sem se resumir a esse, processo presente em todas as sociedades através do tempo, inclusive naquelas em que não existe ou não existiu a instituição escolar” (Rego e Costella, 2019, p. 2). Faremos ainda uma breve contextualização sobre os avanços da educação especial no Brasil e, por fim, apresentaremos os dados encontrados nesta pesquisa e nossas observações acerca do material encontrado.

### **Educação Geográfica como potenciadora da cidadania**

A educação geográfica tem por compromisso contribuir para a compreensão do espaço geográfico, dentro da sala de aula, através da sistematização do ensino, auxiliando o sujeito a se identificar enquanto cidadão. Milton Santos (2007), em sua importante obra “O espaço do cidadão”, discute sobre o conceito de cidadão. O que é ser, de fato, um cidadão? Segundo o autor, tornar-se um cidadão no mundo é também assumir um compromisso moral com prerrogativas sociais, são elas: “Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna” (Santos, 2007, p. 19).

Callai (2018) também destaca a importância de abordar o conceito de cidadania não apenas como direitos e deveres formais, mas também como uma questão de participação ativa na vida em sociedade. A autora ainda ressalta que a Educação Geográfica contribui para a formação cidadã ao proporcionar aos estudantes a oportunidade de compreender o mundo em que vivem de uma maneira mais ampla e crítica. É através do estudo da geografia que os sujeitos desenvolvem habilidades de análise, interpretação e reflexão sobre questões sociais, ambientais e políticas, o que os capacita a se tornarem cidadãos mais conscientes e engajados na sociedade.

A Educação Geográfica tem um potencial reflexivo, pois, ao analisar as mais diversas questões espaciais, os estudantes são estimulados a pensar sobre as interações intrínsecas do espaço geográfico, contribuindo para uma visão mais ampla e contextualizada do mundo em que vivem. Espera-se com isso que, ao estudar geografia e adquirir a Educação Geográfica, os sujeitos sejam incentivados a se envolver ativamente em questões locais e globais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, tendo assim a capacidade de transformar as suas realidades e tornando-se cidadãos do mundo.

Portanto, a educação geográfica desempenha um papel fundamental na formação cidadã, capacitando os sujeitos a compreenderem e atuarem de forma crítica e responsável em relação aos desafios e oportunidades presentes em suas comunidades e no mundo em geral. Destaca-se, nesse sentido, a importância da eficácia da aprendizagem para a tomada de consciência e, por consequência, a cidadania com dignidade, para tanto

o processo de aprendizagem deve em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isso significa saber como o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É deste modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro (Santos, 1994, p. 59).

Santos (1994) nos faz refletir sobre como a compreensão do mundo em que vivemos se dá. Mundo esse marcado pela globalização e pelo avanço do meio técnico-científico-

informacional, sendo essencial para a formação de cidadãos conscientes e atuantes a compreensão das diversas dinâmicas socioespaciais, destacando a importância de analisar as relações entre sociedade, espaço e tempo, bem como considerando as transformações e os desafios que se apresentam nestas relações. Desta forma, percebemos que, para ser um cidadão consciente de sua realidade e atuante nas transformações do mundo, para melhorar a sua realidade e dos seus pares, o sujeito precisa da educação geográfica e da eficácia da aprendizagem.

Por mais que entendemos que a Educação Geográfica e o Ensino de Geografia remetem a significados diferentes, pois:

Enquanto o ensino pode ser entendido como uma forma sistemática de transmissão de conhecimentos, que encontra na instituição escolar o seu meio mais usual, a educação enfatiza um processo de socialização que inclui o ensino escolar sem se resumir a esse, processo presente em todas as sociedades através do tempo, inclusive naquelas em que não existe ou não existiu a instituição escolar (Rego e Costella, 2019, p. 2).

O ensino é aliado na formação da Educação Geográfica dos estudantes, uma vez que o ensino de geografia pode proporcionar a eles a oportunidade de desenvolver habilidades geográficas essenciais, como a compreensão do espaço, a análise de relações sociedade-natureza e a reflexão crítica sobre questões geográficas, contribuindo para a formação cidadã. Porém, diante do contexto exposto, levantamos o seguinte questionamento: Como tem se dado a formação cidadã através da Educação Geográfica para as Pessoas com Deficiência? E qual é a importância que a Ciência Geográfica, através da pesquisa, tem dado para essa problemática? Motivadas por este questionamento, realizamos o presente trabalho, buscando discutir as relações entre a Educação Geográfica e a Pessoa com Deficiência e quais os olhares a respeito dessa temática. Este é o debate que buscamos estimular nesse texto de forma contextualizada e por meio de uma pesquisa bibliométrica referente às produções atuais.

### **Avanços da Educação Especial no Brasil**

O histórico da Pessoa com Deficiência no Brasil parte de uma visão médica que buscava a cura, marcada por variadas visões ao longo dos séculos, que acompanham e espelham as culturas em que estas pessoas estão inseridas, em determinados tempos históricos e seus movimentos. A partir da década de 80, foram criadas legislações através de um movimento de avanços coletivos por meio de pressão popular e retomada de direitos, tendo como principais documentos a reformulação da Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que já trazem em seus textos o atendimento da educação especial e o Atendimento Educacional Especializado, mas ainda sem uma especificação de como realizar este trabalho e sem a definição do público.

Assim, concomitantemente, há um movimento de convenções (Jomtiem, Salamanca, Guatemala, 1990, 1994, 1999) e encontros de Pessoas com Deficiência e apoiadores, onde surgem propostas de tratados entre os países participantes, colocando os direitos e possibilidades de atendimento adequado ao público da educação especial. Entre os principais avanços destas convenções, temos o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, tendo o Brasil como um país signatário e impulsionando para a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI).

Esta política se constitui em um elemento fundamental, pois nela temos as definições de educação especial, do público atendido e da necessidade da inclusão de fato. A educação especial se constitui em uma modalidade que perpassa transversalmente todas as etapas e modalidades de ensino, visando que todas as pessoas tenham garantido seu direito de acesso com qualidade aos ambientes educacionais e práticas pedagógicas. Por Pessoa com Deficiência entende-se todas aquelas que “têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p. 1).

Posteriormente, foi criada a resolução 09/2009, que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, sendo este um serviço da educação especial que visa complementar e/ou suplementar o ensino regular, com materiais e práticas que possibilitem a participação adequada com acesso ao currículo e ambiente escolar. Esse atendimento não substitui a educação regular. Sua função, local e profissionais são discutidos até a atualidade. Os profissionais da área colaboram com documentos, esclarecendo e possibilitando que novas políticas sejam criadas, de acordo com a função e também cobrando sua execução dos órgãos e instâncias públicas que podem financiar este processo, pois, sem a estrutura física e profissional, não é possível realizar um ambiente inclusivo de fato.

Atualmente, além das legislações específicas que se referem a pontos de cada deficiência ou transtorno, temos a Lei Brasileira de Inclusão - LBI - (Brasil, 2015). Esta Lei traz, em seu arcabouço, diversos âmbitos de direitos das pessoas com deficiência, como a saúde, moradia, esporte e educação, sendo necessária para que estas pessoas tenham um amparo na busca de efetivação destes e também ciência de que eles existem e devem ser respeitados.

Dessa forma, percebe-se uma relação ampla entre as legislações e a garantia de direitos das pessoas com deficiência, pois, sem essas, infelizmente, não seria possível avançar, mesmo que ainda haja um longo caminho para efetivação da inclusão. Considera-se que esta é uma construção social e cultural e também, na sociedade capitalista, se dá em relação ao seu antônimo, a exclusão, que está entranhada nesse formato de sociedade. É necessário demonstrar a concepção de inclusão deste trabalho, que se entende como uma

[...] relação travada em contexto histórico-social, por sujeitos sociais. Nesta compreensão, significa ser uma prática complexa e contraditória, com sentido de luta, de embate, que convive necessariamente com seu contrário, mas que se estabelece na direção de superar práticas sociais baseadas na desigualdade, embora sem garantias [...] (Garcia, p. 31, 2004).

Essa concepção de inclusão é fundamental, pois demonstra toda a concepção social desenvolvida historicamente e que impacta a visão e o trabalho com as pessoas com

deficiência em todos os âmbitos. Aqui, destacamos o ambiente escolar e sua relação com a educação geográfica.

### **Metodologia**

Para construção deste trabalho, realizamos um estudo bibliométrico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O estudo bibliométrico é uma técnica que utiliza dados quantitativos para analisar a produção e disseminação de determinado assunto em documentos como, por exemplo, livros, artigos, dissertações e teses. Este formato de estudo nos possibilita analisar, por meio da quantificação, aspectos qualitativos, como a visibilidade de determinadas áreas de conhecimento e o impacto de publicações sobre determinados assuntos (Chueke e Amatucci, 2015).

Para tanto, realizamos a busca dos dados na plataforma BDTD, a qual é mantida pelo Governo Federal, através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Utilizamos a ferramenta disponível “busca avançada” para encontrar teses e dissertações sobre a temática de Educação Geográfica e Pessoas com Deficiência, a ferramenta citada possibilita a busca por termos. Os termos utilizados foram: “deficiência”, “geografia” e “educação” para todos os campos. Aplicamos ainda os seguintes filtros: no tipo de documento “dissertações” e “teses” e no ano de publicação “2013 - 2023”, considerando para esse recorte o avanço que se deu neste período, referente às políticas em relação às Pessoas com Deficiência em nosso país.

Com estes termos e filtros aplicados, encontramos 189 publicações, porém, deste total, foi necessário realizar uma análise detalhada de cada publicação, pois, qualquer pesquisa que tivesse ao menos um dos três termos descritos na busca avançada, em qualquer parte do trabalho, apareceria, sem contar ainda a duplicidade de alguns resultados. Nesta primeira etapa de refinamento, analisamos o título da pesquisa, o resumo e o tipo de Programa de Pós-Graduação, excluindo aqueles que não pertenciam a programas relacionados



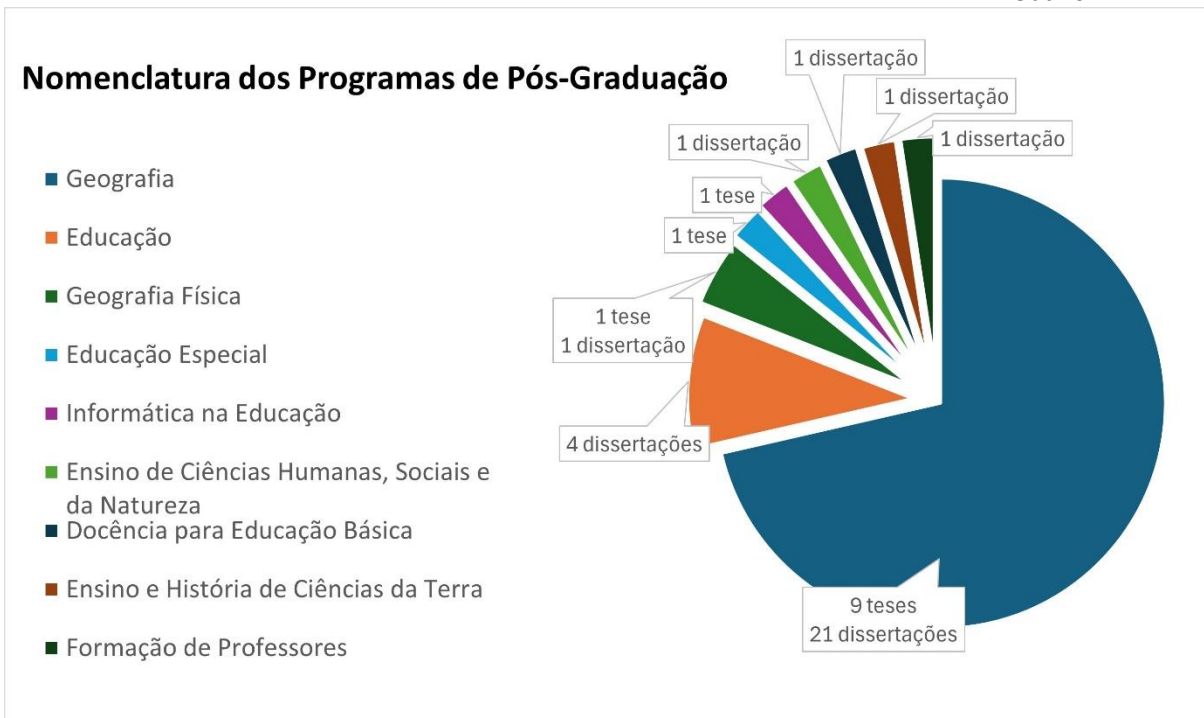
à Geografia ou à Educação e que não possuíam no título e no resumo menção à Educação Geográfica, Pessoas com Deficiência, Educação Inclusiva ou Educação Especial.

Com esse primeiro refinamento, sobraram apenas 47 trabalhos. Decidimos então realizar um segundo refinamento dos resultados, sendo que, além da análise já feita anteriormente, analisamos ainda as palavras-chave e o sumário, para identificar possíveis capítulos sobre a temática. Neste segundo refinamento, foram excluídos mais cinco trabalhos, sobrando apenas 42 pesquisas sobre Pessoas com Deficiência na Educação Geográfica entre os anos de 2013 a 2023. Em seguida, apresentamos os dados encontrados, de forma a debater sobre as temáticas abordadas nas pesquisas e a necessidade de aprofundamento da discussão.

### **Resultados e discussões**

Identificamos, através da metodologia aplicada, 42 pesquisas sobre Pessoas com Deficiência na Educação Geográfica. Destas, 12 são teses de Doutorado e 30 são dissertações de Mestrado. A respeito dos Programas de Pós-Graduação em que as pesquisas estão vinculadas, encontramos os seguintes: Geografia (9 teses e 21 dissertações), Educação (4 dissertações), Geografia Física (1 tese e 1 dissertação), Educação Especial (1 tese), Informática na Educação (1 tese), Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (1 dissertação), Docência para Educação Básica (1 dissertação), Ensino e História de Ciências da Terra (1 dissertação), Formação de Professores (1 dissertação).

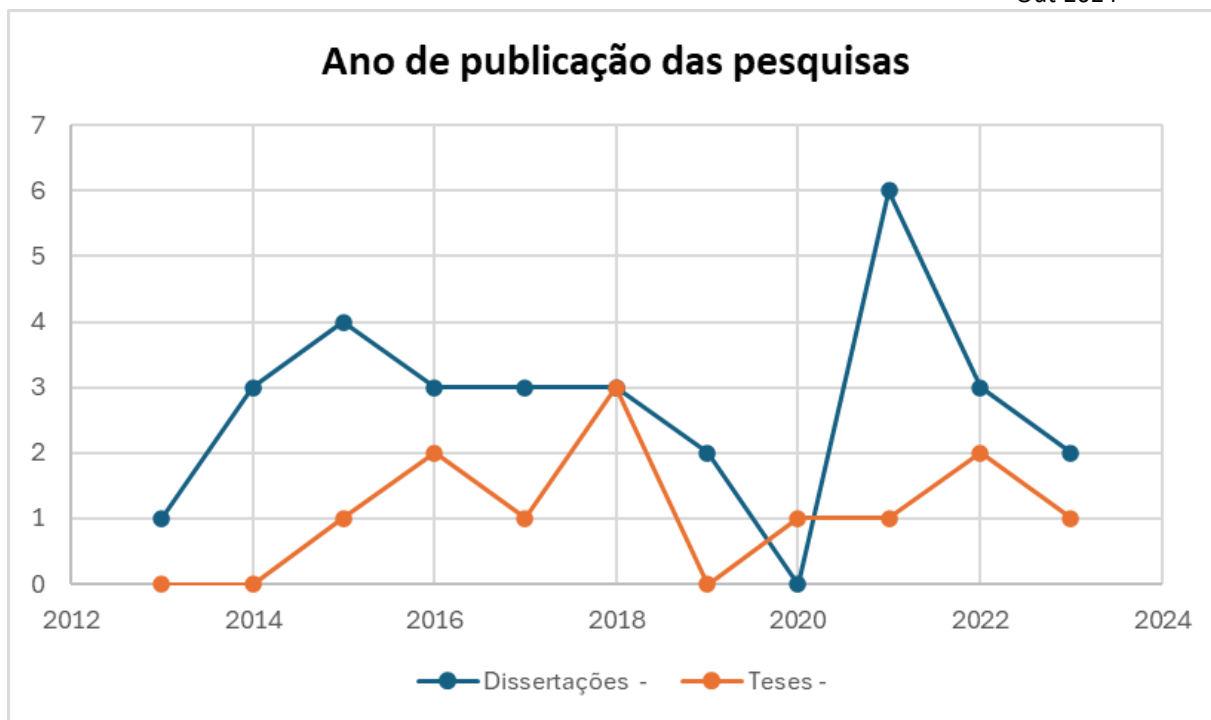
#### Gráfico 1: Nomenclatura dos Programas de Pós-Graduação



Fonte: BDTD (2024)

Quando realizamos essa identificação por ano de publicação, percebemos que o ano no qual foi realizado maior número de publicações foi 2021 (6 dissertações e 1 tese), seguido de 2018 (3 dissertações e 3 teses). Nos anos de 2015 (4 dissertações e 1 tese), 2016 (3 dissertações e 2 teses) e 2022 (3 dissertações e 2 teses), houve, em cada um, cinco trabalhos publicados. Os anos com menos publicações foram 2013 (1 dissertação) e 2020 (1 tese). A respeito do ano de 2020, devemos considerar o agravante da pandemia de covid-19, a qual ocasionou a prorrogação de muitas pesquisas por conta do isolamento e distanciamento social. No gráfico a seguir, podemos visualizar a linha temporal com a quantidade de publicações por ano:

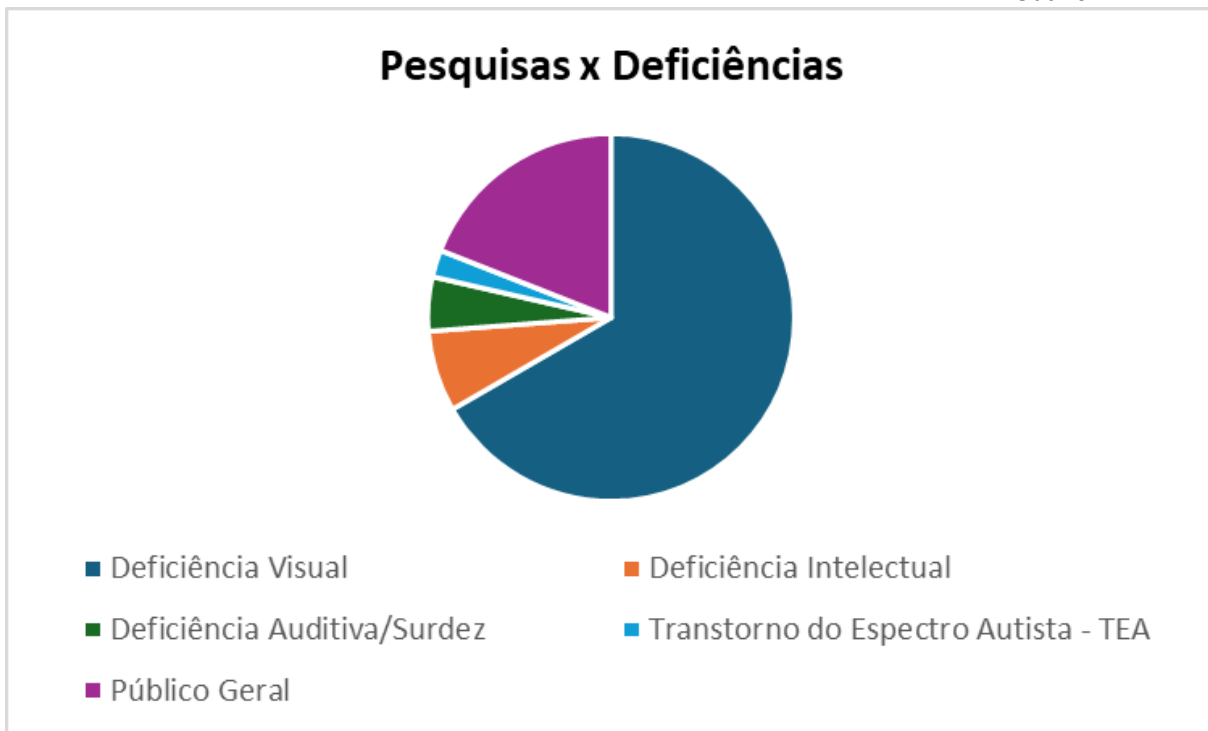
Gráfico 2: Ano de publicação das pesquisas



Fonte: BDTD (2024)

Percebemos ainda que a maioria das pesquisas são sobre deficiência visual e cartografia tátil (28 trabalhos), em seguida estão as pesquisas sobre deficiência intelectual (3 trabalhos), deficiência auditiva/surdez (2 trabalhos) e Transtorno do Espectro Autista - TEA (1 trabalho), os outros oito trabalhos não são específicos de nenhuma deficiência, mas trabalham a Educação Geográfica para Pessoas com Deficiência no geral. Como destacado no gráfico:

Gráfico 3: Pesquisas x Deficiências



Fonte: BDTD (2024)

Em seguida, apresentamos uma nuvem de palavras, a qual foi elaborada de acordo com a quantidade de vezes que os termos aparecem nas palavras-chave das pesquisas. Com este mecanismo, podemos observar que as palavras “deficiência visual”, “cartografia tátil” e “ensino de geografia” aparecem em destaque:

Imagem 1: Nuvem de palavras sobre as palavras-chave das pesquisas



o visual para o cinestésico e possibilitando o aprendizado por meio dos sentidos remanescentes nas pessoas com deficiência visual.

Destaca-se o papel das aulas de geografia, com o uso de materiais adequados que auxiliem no reconhecimento das representações do espaço geográfico, visando proporcionar a internalização de conhecimentos cartográficos, com vistas à autonomia e independência dos alunos. Estes materiais devem passar por uma análise, para que as informações gráficas conceituais sejam perceptíveis pelo tato, com categorias e organizações que possibilitem essa visualização adequada ao tato, geralmente sofrendo algumas alterações, mas que considerem fundamentalmente os conceitos a serem generalizados pelos alunos (Custódio e Nogueira, 2013).

Como afirma Vigotski (2019), é necessário entender que há na pessoa cega um reequilíbrio do organismo, um novo tipo de equilíbrio, que deve ser considerado no aprendizado. “Todas as funções e todas as propriedades reorganizam-se nas condições peculiares de desenvolvimento do cego: não se pode reduzir toda a diferença a um único ponto” (Vigotski, 2019, p. 157). Assim, a cegueira não pode ser resumida à falta de visão, mas principalmente a esse formato de organização para o aprendizado.

Porém, quando pensamos em outras deficiências, como a surdez/deficiência auditiva, o transtorno do espectro autista (TEA), os distúrbios de aprendizagem, as altas habilidades e superdotação, a deficiência intelectual e a deficiência física, nos deparamos com uma falta enorme de pesquisas relacionadas à Educação Geográfica. Isso pode ser multifatorial, mas consideramos que o fator preponderante seria a relação entre os materiais visuais e sua importância na geografia, ocasionando uma demanda muito explícita quando se trata da pessoa com deficiência visual.

Os trabalhos relacionados à área visual retratam principalmente a construção de materiais que possibilitem o acesso à pessoa por meio do tato e audiodescrição e o restante as visões a respeito da deficiência e formas de interação em sala de aula. Adaptações de materiais devem seguir os padrões estabelecidos e considerar a individualidade de cada

peessoa, como destacado nos trabalhos. Dessa forma, tornam-se recursos fundamentais ao aprendizado, objetivando fundamentalmente a apreensão dos conteúdos.

Dentre o público da educação especial, as pessoas com deficiência física não foram abordadas em nenhum dos trabalhos.. Cabe lembrar que, no ensino de geografia, trabalhos de campo são fundamentais para a compreensão dos conceitos geográficos, o que nos traz a necessidade de questionar as referências à acessibilidade, focando principalmente na dimensão arquitetônica. Sasaki (2009) se refere ao acesso aos ambientes que comportam todas as possibilidades de mobilidade para que pessoas com deficiência física possam participar dessas atividades, tendo seu direito de acesso com qualidade garantido, com ou sem adaptações.

Para uma inclusão real, é necessário o trabalho coletivo atento às especificidades e potencialidades dos alunos. A inclusão depende principalmente dos órgãos gestores, passando posteriormente pela escola e englobando a realidade dela, tanto no que se refere às práticas pedagógicas quanto à estrutura física. Os trabalhos aqui elencados não trazem como foco principal a gestão, o que seria fundamental para entender o processo que se dá no ambiente escolar, pois está diretamente ligado às possibilidades estruturais, que são fornecidas aos profissionais para o desempenho do trabalho.

Desse modo, destaca-se o papel do trabalho colaborativo, como princípio da educação especial, que engloba a esfera da gestão e se refere à colaboração mútua de variados olhares profissionais e pessoais (no caso da família envolvida), com o objetivo comum da participação efetiva dos alunos em todas as práticas escolares de forma adequada e legítima.

É importante ressaltar esse trabalho colaborativo, pois, quando isoladamente, o trabalho com a Pessoa com Deficiência não surte os efeitos desejados. A responsabilidade pela inclusão é geral e o trabalho deve ser aprimorado, procurando meios e possibilidades para sua efetivação, levando em consideração que esta é uma pauta social e o atendimento adequado a esse público é fundamental para auxiliar na diminuição das diferenças resultantes das desigualdades sociais, observando suas causas e limitações, buscando combatê-las (Klein e

Silva, 2012), mesmo nesse sistema que impede a completude de uma igualdade entre as pessoas.

### **Considerações finais**

Entendemos assim que trabalhos como este são necessários para analisar possibilidades e necessidades de pesquisa que relacionem a área da geografia ao público da educação especial, já que este se encontra em todos os níveis em que a geografia está também presente. Por esse motivo, é necessário pensar possibilidades de aprendizado de seus conceitos e práticas pedagógicas que auxiliem no processo de tomada de consciência e formação da cidadania para todos os estudantes, sem exceções.

O destaque às pessoas com deficiência visual e a produção de materiais adaptados são de grande relevância, considerando a importância destes para a área de pesquisa da geografia e a necessidade da criação de materiais que possibilitem a apropriação de conceitos geográficos, que, em muitos casos, só se dão pelo uso de materiais táteis e de audiodescrição.

Percebe-se a necessidade de pesquisas que englobem a relação entre os trabalhos de campo e a deficiência física, bem como tenham foco no trabalho e nas possibilidades oferecidas ou não pela gestão municipal, estadual e federal para o desenvolvimento e trabalho nos ambientes escolares, trazendo para o debate estas duas temáticas que se ligam diretamente ao atendimento para o público da educação especial na questão da Educação Geográfica.

Por fim, ressaltamos que este trabalho foi fruto de uma pesquisa apenas em uma plataforma digital. Mesmo sendo de amplo alcance e com filtros abertos, visando possibilitar uma seleção ampliada de trabalhos, sugerimos, para trabalhos posteriores, pesquisas em mais plataformas, comparando e confrontando dados.

### **Referências**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



\_\_\_\_\_. BRASIL. Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com deficiência. Presidência da República. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo 186/2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm#:~:text=perante%20a%20lei-,1.,todos%20os%20aspectos%20da%20vida](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm#:~:text=perante%20a%20lei-,1.,todos%20os%20aspectos%20da%20vida). Acesso em: 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. p. 27833.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 04/2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília: MEC, 2009.

CALLAI, Helena Copetti. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, [S.L.], n. 70, p. 9-30, set. 2018.

CUSTÓDIO, Gabriela Alexandre; NOGUEIRA, Ruth Emilia. O aporte da cartografia tátil no ensino de conceitos cartográficos para alunos com deficiência visual. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, N0 63/4, p. 757-772, Jul. – Ago. 2013.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 1-5, 9 set. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Estatísticas sociais, 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 18 de jun. de 2024.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024

KLEIN, Ligia Regina; SILVA, Graziela Lucchesi Rosa da. Quando o discurso da diferença desdenha desigualdade. In. BARROCO, S. M. S. LEONARDO, N. S. T. SILVA, N. S. T. (Orgs). Educação Especial e teoria Histórico-Cultural: em defesa da humanização do homem. Maringá: Eduem, 2012.

REGO, Nelson; COSTELLA, Roselane Zordan. Educação geográfica e ensino de Geografia, distinções e relações em busca de estranhamentos. **Revista Signos Geográficos**, v. 1, p. 15-15, 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico-informacional**. São Paulo: Edusp. 2008

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, Salamanca-Espanha, 1994.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas - Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019.